Sandra Pereira

O MAR PORTUGUÊS NO CONTEXTO EUROPEU

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TITULO

O MAR PORTUGUÊS NO CONTEXTO EUROPEU

AUTORES
SANDRA PEREIRA

EDITOR
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO
DIANA SARAIVA DE CARVALHO

ISBN
978-972-623-317-6

ORGANIZAÇÃO

Academia das Ciências de Lisboa
R. Academia das Ciências, 19
1249-122 LISBOA
Telefone: 213219730
Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt
Internet: www.acad-ciencias.pt
Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2017

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

O MAR PORTUGUÊS NO CONTEXTO EUROPEU

Sandra Pereira

Resumo

Abordar o tema "O Mar Português no contexto europeu" foi o desafio que me foi lançado pela Academia das Ciências de Lisboa no âmbito do ciclo de estudos *O Mar*. A partir da prévia contextualização do assunto, foram apresentados alguns dados recentemente publicados pelo *EUROSTAT*. Posteriormente, a identificação dos principais marcos da relação entre a União Europeia (UE) e o Mar. Outro tópico de abordagem passou pela Estratégia Nacional para o Mar (2013-2020). Destaque ainda para a análise do potencial do Mar Lusófono. Seguidamente, foram sistematizadas algumas reflexões resultantes da posição de Portugal face à Política Marítima Integrada (PMI) da UE, terminando com os principais elementos que norteiam a "bússola" de Portugal.

Num período em que muito se fala da relevância e do valor (económico) do Mar (em 2015, no caso português, 81% das trocas comerciais são feitas por via marítima; ao nível da UE, representa cerca de 3% a 5% do PIB da UE), perante a expectativa em torno da Extensão da Plataforma Continental, eis a questão que se coloca: serão os interesses geopolíticos nacionais contraditórios com os interesses europeus?

Palavras-chave:

Mar Português, Mar Europeu, Mar Lusófono, Política Marítima Integrada da UE, Potencial.

Abstract

The theme "The Portuguese Sea in the European context" was the challenge launched to me by the Lisbon Academy of Sciences in the context of the study cycle about *The Sea*. From the previous approach of the subject, some data recently published by EUROSTAT were presented. Subsequently, the identification of the main landmarks of the relationship between the European Union (EU) and the Sea. Another topic was the National Strategy for the Sea (2013-2020). Also noteworthy is the analysis of the potential of the Lusophone Sea. Some reflections were then systematized as a result of Portugal's position face to the EU Integrated Maritime Policy (PMI), ending with the main elements that guide Portugal's "compass".

At a time when much is being said about the relevance and (economic) value of the Sea (in 2015, in the Portuguese case, 81% of trade is done by sea; at EU level it represents around 3% to 5% of GDP), under the expectation of the Extension of the Continental Shelf, that is the question that arises: will the national geopolitical interests be in contradiction with European interests?

Keywords:

Portuguese Sea, European Sea, Lusophone Sea, EU Integrated Maritime Policy, Potential.

Introdução

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o honroso convite da Academia das Ciências de Lisboa (ACL) recebido, através do Dr. Sérgio Lourenço, por parte da Prof.ª Doutora Maria Salomé Soares Pais (Secretária-geral da ACL e Diretora do Instituto de Estudos Académicos para Seniores – Adriano Moreira | IEAS-AM) e do Prof. Doutor Adriano Moreira (Presidente do Instituto de Altos Estudos da ACL). Aproveito também para agradecer à Prof.ª Doutora Sónia Ribeiro do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa (IEP-UCP) a indicação do meu nome para esta conferência realizada no âmbito do ciclo de estudos *O Mar*.

Agradeço ainda: os contributos recebidos, quer da parte da Comissão Europeia (através de um dos Chefes de Unidade - Sr. Felix Leinemann da Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas – DG MARE), quer do Parlamento Europeu (via alguns pedidos de informação enviados aos Eurodeputados ligados à área do Mar e dos quais apenas respondeu o Dr. Ricardo Serrão Santos através do seu Assistente Parlamentar - Dr. Frederico Cardigos); à Dra. Diana Carvalho da ACL a pronta e meticulosa revisão deste texto que serviu de base à apresentação com vista à sua publicação digital na página da ACL e, por último, mas não menos importante, a presença de todos os participantes neste evento.

O desafio que me foi lançado consistiu na abordagem do tema "O Mar Português no contexto europeu". Considerando-me, não uma especialista na matéria, mas sim antes uma apaixonada por esta temática, proponho-me sistematizar algumas ideias de acordo com alguns tópicos. Em primeiro lugar, proceder à contextualização do assunto. A seguir, apresentar alguns dados recentemente publicados pelo Serviço Europeu de Informação e Estatística (*EUROSTAT*). Posteriormente, identificar os principais marcos subjacentes à relação entre a União Europeia (UE) e o Mar. Um quarto tópico referente a Portugal e a Estratégia Nacional para o Mar (2013-2020). Destaque ainda para o potencial do Mar Lusófono. Seguidamente, algumas reflexões decorrentes da posição de Portugal e da Política Marítima Integrada (PMI) da UE. Por último, destacar, na minha opinião, os principais pontos cardeais que norteiam a "bússola" de Portugal.

Curiosamente quando recebi este convite, estava, precisamente, a ler um artigo intitulado "Vetores geopolíticos do «Mar Português» face à visão integrada de um «Mar Europeu»"[1], da autoria do Prof.ª Doutora Teresa Cierco e Prof. Doutor Jorge Tavares da Silva, procurando «apurar se os interesses geopolíticos portugueses entram ou não em contradição com os interesses europeus»[2].

[1] CIERCO, Teresa e TAVARES DA SILVA, Jorge, "Vetores geopolíticos do «mar português» face à visão integrada de um «mar europeu»", *Relações Internacionais*, N.º 46, junho 2015, Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais / Universidade Nova de Lisboa, pp.143-156. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n46/n46a09.pdf [consultado em: 20 de agosto de 2016]

[2] *Ibidem*, p. 144.

I. Contextualização do tema

Muitas "ondas de blá, blá, blá, blá…" se têm ouvido a propósito do Mar, sendo certo que conseguimos reter algumas expressões ou palavras-chave relacionadas com esta temática e que compõem a figura seguinte (Fig. 1): potencial, mar português, transporte, comércio, recursos, segurança, defesa, poder marítimo, geopolítica, geoestratégia, visão integrada, afirmação estratégica, Aliança Atlântica, Mar Português, Espaço Lusófono, União Europeia, Mar Europeu, Estratégia Nacional, Política Marítima Integrada, Plano de Ação, conceito estratégico, desígnio nacional, desafios, oportunidades, centralidade geográfica, fonte de riqueza, entre outras:

Figura 1 – Expressões / Palavras-chave relacionadas com o Mar.

«Portugal é Mar» este é o *slogan* que está patente no novo mapa de Portugal e também num vídeo utilizado para promover o *cluster* do Mar Português.

No caso do mapa (Fig. 2) – distribuído, numa parceria com o Oceanário de Lisboa, pela Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) à comunidade escolar nacional – este evidencia os territórios terrestre e marítimo que se estendem até ao limite da Zona Económica Exclusiva (ZEE). A proposta de Extensão da Plataforma Continental, entregue, em maio de 2009, pela EMEPC à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas, revela uma nova dimensão do território nacional que integra o leito e subsolo do mar além das 200 milhas náuticas. Neste novo mapa, Portugal é representado como um dos maiores países do mundo, a caminho de um território marítimo 40 vezes superior ao terrestre em que 97% é mar.

Figura 2 – Novo mapa "Portugal é Mar".
[Disponível em http://www.emepc.pt/pt/kit-do-mar/projetos/mapa#]

Relativamente ao vídeo (Fig. 3), este foi publicado pelo Governo Português no *Youtube*, em dezembro de 2015, para divulgar as potencialidades do *cluster* do Mar Português (emprego, contributo para o PIB, posição geográfica estratégica, transporte marítimo, aquicultura, turismo, energia, conhecimento científico, inovação, entre outras).

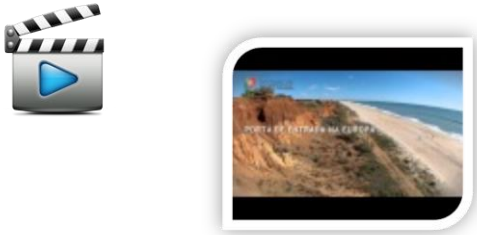


Figura 3 – Vídeo de promoção do *cluster* do Mar Português.
[Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=vuRgTfZ0zIU]

Ao longo do século XXI, é notório o renovado e crescente interesse pelos assuntos marítimos, desde logo patente na elevada percentagem (81%) das trocas comerciais que, no caso de Portugal, são feitas por via marítima, assumindo-se a construção naval e o transporte marítimo como atividades fundamentais, além do turismo costeiro e marítimo representarem inegáveis oportunidades de negócio. Já o almirante americano, Alfred Mahn (1840-1914), no século XIX, era um grande defensor do Mar enquanto «meio de

projeção de poder»[3]. Também o saudoso Prof. Ernâni Lopes (1942-2010) advogava o «*Hypercluster* da Economia do Mar e dos Oceanos» como domínio de potencial estratégico na economia e como espaço de afirmação, mais «abrangente» (que o de *cluster*) e «transversal a várias nações e áreas (economia, ambiente, finanças, entre outras)»[4], enquanto desígnio nacional para o futuro e espaço de vocação vital.

A relevância dos Mares e Oceanos é crescente para populações e para os Estados, em que 71% da superfície da Terra é coberta por água, não se encontrando sob jurisdição nacional 60% da superfície dos oceanos, ao se considerar três vertentes: i) segurança e defesa; ii) economia; iii) desenvolvimento científico. Esta perspetiva assenta no valor (económico) do mar, cujo setor representa cerca de 3% a 5% do PIB da UE.

No entanto, devemos interrogar-nos se os interesses geopolíticos do «Mar Português» são ou não contraditórios com a visão integrada que visa a criação de um «Mar Europeu», pressupondo a partilha de recursos e espaço marítimo por todos os atores europeus, em suma, interesses nacionais *versus* interesses europeus.

A dupla realidade – em que assenta a geopolítica de Portugal e a sua posição geográfica privilegiada, com ligação à Europa e à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), definida pelo tenente-coronel João Leal como «Marítima e Litoral»[5] – é conducente à necessidade de desenvolvimento de uma visão integrada e estratégica das atividades e indústrias relacionadas com o mar e os recursos marinhos[6].

Pese embora a dimensão terrestre de Portugal seja relativamente pequena, a nível marítimo, com um litoral de 1241 kms (correspondente a 1,8% dos 66 mil kms de linha costeira da UE) é um dos «grandes países marítimos do mundo, com um acrescido potencial geoestratégico, geopolítico e económico»[7], deparando-se com grandes desafios mas, essencialmente, oportunidades, com destaque para a proposta de extensão da plataforma continental.

---

[3] *Ibidem*, p. 144.

[4] TEIXEIRA, Maria Fernandes, "*Clusters* marítimos na Europa: potencialidades, complexidades e debilidades de um modelo organizacional que traduz a natureza holística dos mares e oceanos", Maria Scientia – Revista Científica Electrónica | Scientific e-Journal, N.º 1, novembro de 2011, Lisboa: IEP – UCP, p. 41. Disponível em: http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA1-Nov2011r.pdf [consultado em: 15 de setembro de 2016]

[5] LEAL, João Luís Rodrigues (Ten.-cor.), "Análise geopolítica e geoestratégica de Portugal", *Revista Militar*, N.º 2463, abril 2007, Lisboa: *Europress*, p. 17. Disponível em https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/193 [consultado em: 02 de outubro de 2016]

[6] SERRA, José, "O Mar e as Políticas Marítimas", *Conselho Económico e Social*, Lisboa, julho de 2008, pp. 1-37. Disponível em http://www.ces.pt/download/594/MarPolitMarit.pdh [consultado em: 7 de outubro de 2016]

[7] DIREÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DO MAR (DGPM) – Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, p.27. Disponível em http://www.dgpm.mam.gov.pt/Documents/ENM.pdf [consultada em: 23 de setembro de 2016]

O mar esteve, assim, sempre presente no nosso interesse nacional, tendo o novo conceito estratégico de defesa nacional[8], aprovado em abril de 2013, reforçado ainda mais o seu papel estratégico na definição desse interesse. Nesse novo conceito são identificados como ativos nacionais que «importa explorar e maximizar»[9] os seguintes: i) o mar enquanto meio de comunicação preferencial para o mundo lusófono; ii) a centralidade no espaço atlântico; iii) a participação na UE, NATO e CPLP; iv) o caráter arquipelágico do território.

Conforme menciona Tiago Pitta e Cunha, essa valorização geoestratégica do elemento marítimo de Portugal não se afirma, no entanto, como uma alternativa ao processo de integração europeia, mas sim como «uma alavanca de apoio complementar a essa integração e reforça a nossa relevância política de nação independente nesse projecto»[10].

[8] GOVERNO DE PORTUGAL – Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 2013. Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/media/909457/20130405_cedn_publicacao_oficial.pdf [consultado em: 23 de setembro de 2016]

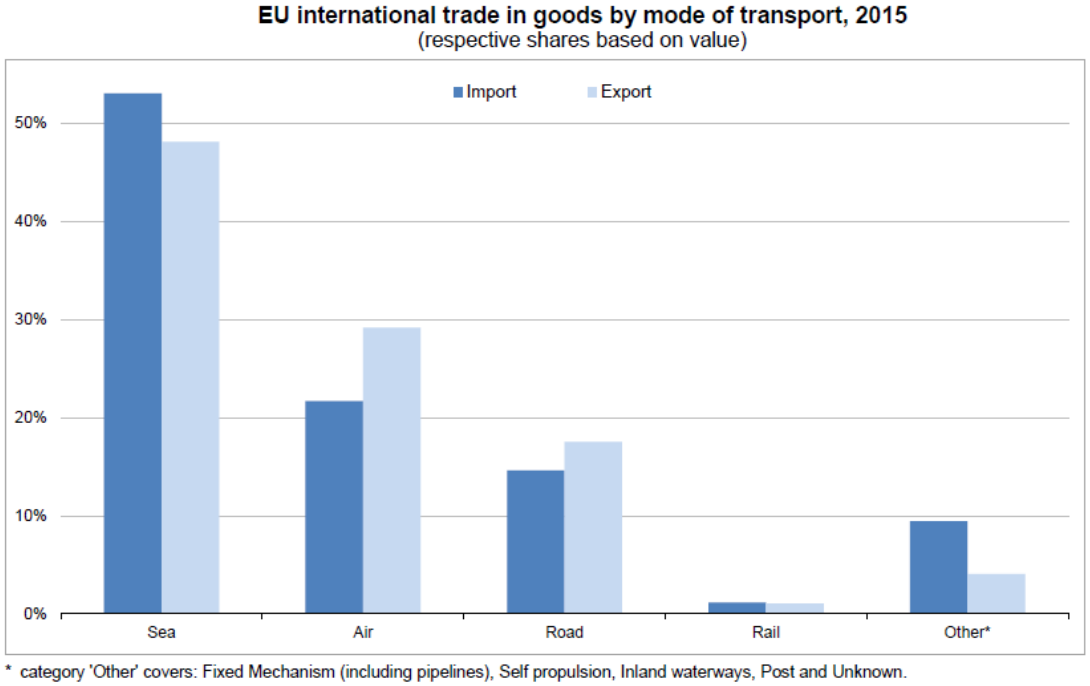
[9] *Ibidem*, p. 26.

[10] PITTA CUNHA, Tiago, "A Importância Estratégica do Mar para Portugal", *Nação e Defesa*, N.º 108 - 2.ª Série, Verão 2004, Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, p. 52. Disponível em: http://www.cienciaviva.pt/img/upload/NeD108_TiagoPittaeCunha.pdf [consultado em: 9 de outubro de 2016]

II. *EUROSTAT* | Alguns dados

Os dados que foram divulgados pelo gabinete oficial de estatísticas da UE (*Eurostat*), por ocasião do Dia Mundial do Mar, assinalado em 29/09/2016 sob o tema "Os transportes marítimos: indispensáveis para o mundo" revelam que, no ano de 2015, o volume do comércio de mercadorias da UE com países terceiros por via marítima representou, aproximadamente 51% (Quadro 1), ultrapassando as restantes vias (aérea, rodoviária, férrea e outras)[11].

Quadro 1 – Comércio internacional de bens da UE por meio de transporte, 2015.



Fonte: *Eurostat newsrelease* (184/2016 – 28/09/2016).
[Disponível em http://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/7667714/6-28092016-AP-EN.pdf/f9834e75-8979-4454-9d04-a32f0757926a]

Em 2015, Portugal é o Estado-Membro da UE em que os bens comercializados internacionalmente, por via marítima, registaram maior valor (81%) face aos 51% da média europeia (Quadro 2). Seguidamente, surgem ainda no *top* 7: Chipre (80%), Grécia (77%), Espanha (74%), Malta (67%), Itália (61%) e Finlândia (60%). No caso português, os bens que chegaram por via marítima representavam 83% do valor total das importações (UE 53%) e os que saíram pesavam 79% das exportações (UE 48,1%)

[11] EUROSTAT – "World Maritime Day | Half of EU trade in goods is carried by sea", *Newsrelease* 184/2016, 28 de setembro de 2016. Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/7667714/6-28092016-AP-EN.pdf/f9834e75-8979-4454-9d04-a32f0757926a [consultado em: 28 de setembro de 2016]

Quadro 2 – Comércio de bens dos Estados-Membros da UE com países terceiros, por via marítima, 2015.

EU Member States trade in goods with non-EU countries carried by sea, 2015
(% of trade based on value)

	Imports	Exports	Total trade
EU*	**53.0**	**48.1**	**50.5**
Belgium	49.4	44.7	47.3
Bulgaria	51.1	50.9	51.0
Czech Republic	0.4	27.0	12.4
Denmark	56.5	46.4	50.6
Germany	46.2	53.3	50.5
Estonia	39.8	44.2	42.2
Ireland	34.6	23.9	27.2
Greece	77.9	75.8	77.1
Spain	74.9	72.8	74.0
France	52.3	41.6	46.6
Croatia	45.0	24.7	35.0
Italy	66.6	55.9	60.7
Cyprus	87.0	68.8	80.1
Latvia	25.1	29.1	27.3
Lithuania	58.3	27.7	42.4
Luxembourg	9.9	38.9	18.6
Hungary	:	:	:
Malta	78.0	52.0	67.3
Netherlands	62.7	49.0	58.1
Austria	23.0	37.0	30.8
Poland	51.9	37.6	45.9
Portugal	83.0	79.0	81.0
Romania	54.3	59.4	56.9
Slovenia	64.5	26.4	46.9
Slovakia	38.0	44.9	40.8
Finland	65.1	56.9	60.2
Sweden	56.0	42.8	48.3
United Kingdom	49.4	41.1	45.5

* Calculated without data for Hungary.
: Data not available

Fonte: *Eurostat newsrelease* (184/2016 – 28.09.2016).
[Disponível em http://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/7667714/6-28092016-AP-EN.pdf/f9834e75-8979-4454-9d04-a32f0757926a]

No que se refere aos principais portos europeus (Quadro 3), em termos de tonelagem, o destaque, em 2014, vai para o de Roterdão (Holanda), por onde passaram 422 milhões de toneladas de bens (11% do total da UE), seguindo-se o de Antuérpia (Bélgica), com 180 milhões de toneladas (5% do total), o de Hamburgo (Alemanha) com 126 milhões de toneladas (3%), o de Amesterdão (Holanda) com 97 milhões de toneladas de bens (3%), o de Algeciras (Espanha) com 76 milhões de toneladas (2%) e o de Marselha (França) com 74 milhões (2% do total da UE).

Quadro 3 – Top dez dos portos de carga da UE, 2014.

Top ten EU cargo ports, 2014

Rank	Cargo ports		Weight of goods handled in maritime ports	
			Millions of tonnes	Share in total gross weight of goods handled
1	Netherlands	**Rotterdam**	421.6	11.1%
2	Belgium	**Antwerp**	180.4	4.8%
3	Germany	**Hamburg**	126.0	3.3%
4	Netherlands	**Amsterdam**	97.1	2.6%
5	Spain	**Algeciras**	75.7	2.0%
6	France	**Marseilles**	74.4	2.0%
7	France	**Le Havre**	61.4	1.6%
8	United Kingdom	**Immingham**	59.4	1.6%
9	Spain	**Valencia**	55.0	1.5%
10	Germany	**Bremerhaven**	53.6	1.4%

Fonte: *Eurostat newsrelease* (184/2016 – 28.09.2016).
[Disponível em http://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/7667714/6-28092016-AP-EN.pdf/f9834e75-8979-4454-9d04-a32f0757926a]

Em Portugal, os portos em destaque em 2014 são o de Sines, Leixões, Lisboa, Setúbal, Aveiro, Figueira da Foz, Viana do Castelo, seguindo-se outros, como: Faro, Sesimbra, Portimão, Matosinhos, Peniche e Olhão.

III. A União Europeia (UE) e o Mar

O Mar tem assumido um papel muito significativo «na construção histórica e identitária da Europa, sendo, no espaço concreto da UE, o território terrestre muito inferior à dimensão marítima»[12] em que os mares e oceanos são entendidos como uma fonte inestimável de riqueza, inovação, crescimento e emprego. Dos 28 Estados-Membros da UE, 23 são banhados pelo mar e «mais de dois terços das fronteiras da UE são marítimas»[13], compreendendo dois oceanos – o Atlântico e o Ártico e quatro mares – o Mediterrâneo, o Báltico, o Mar do Norte e o Mar Negro. A costa marítima da UE é sete vezes mais longa do que a dos EUA e quatro vezes a da Rússia, detendo o maior território marítimo do Mundo (contando com as regiões ultraperiféricas)[14]. Seguidamente, serão abordados alguns dos principais marcos que têm vindo a sinalizar a relação entre a UE e o Mar.

Realce para a *Política Marítima Integrada* (PMI) da UE, criada em 2007 e que veio: i) implementar uma nova dinâmica de desenvolvimento sustentável à Economia Marítima Europeia, facilitando a cooperação transetorial e transfronteiriça; ii) garantir uma abordagem mais coerente dos assuntos marítimos, com uma coordenação reforçada entre diferentes domínios políticos; iii) promover a proteção do ambiente marinho; iv) coordenar (e não substituir) as políticas aplicáveis a setores marítimos específicos.

Estes desideratos representam alguns sinais de determinação da UE em criar um «Mar Europeu», enquanto «necessidade de partilha do espaço marítimo por todos os europeus»[15]. As motivações que justificam a criação deste «mar comum», além de objetivos de cariz económico e ambiental, prendem-se com o facto de constituir uma relevante área geoestratégica para a segurança europeia e atlântica, bem como da necessidade de criação de uma Política de Defesa e Segurança Comum para fazer face à ameaça terrorista, ao crime organizado e à imigração ilegal que recorrem, atual e preferencialmente, a via marítima para desenvolver as suas atividades. Esta realidade

---

[12] CIERCO, Teresa e TAVARES DA SILVA, Jorge, "Vetores geopolíticos do «mar português» face à visão integrada de um «mar europeu»", *Relações Internacionais*, N.º 46, junho 2015, Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais / Universidade Nova de Lisboa, p.149. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n46/n46a09.pdf [consultado em: 20 de agosto de 2016]

[13] TEIXEIRA, Maria Fernandes (2009), *Os Oceanos e Mares Europeus como Móbil da Relevância da União Europeia no Mundo Global do Século XXI: A Capacidade Performativa da Política Marítima Europeia*, Dissertação de Mestrado de Estudos Europeus, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2009, p. 5. Disponível em: https://infoeuropa.eurocid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000046800&line_number=0001&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA [consultada em: 10 de setembro de 2016

[14] COMISSÃO EUROPEIA > Assuntos Marítimos > Documentação > Factos e números, disponíveis em http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/documentation/facts_and_figures_pt [consultados em: 10 de setembro de 2016]

[15] CIERCO, Teresa e TAVARES DA SILVA, Jorge, "Vetores geopolíticos do «mar português» face à visão integrada de um «mar europeu»", *Relações Internacionais*, N.º 46, junho 2015, Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais / Universidade Nova de Lisboa, p.149. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n46/n46a09.pdf [consultado em: 20 de agosto de 2016]

pode representar um forte argumento para a intensificação das políticas marítimas integradas da UE, no sentido da criação de um «Mar Europeu» que poderá ser, potencialmente, prejudicial aos interesses nacionais.

Como subproduto da PMI, especificamente orientada para o conhecimento, proteção e exploração das potencialidades do Oceano Atlântico[16], pode reforçar as potencialidades de uma nova centralidade de Portugal, enquanto plataforma de ligação a outros países da CPLP. De salientar o papel muito ativo assumido por Portugal no desenvolvimento da PMI da UE – eixo central para o desenvolvimento e valorização do mar, assim como da nova *Estratégia Marítima da UE para o Crescimento e o Emprego na zona do Atlântico*[17], a qual foi adotada pela Comissão Europeia em novembro de 2011 e aplicada através de um *Plano de Ação* datado de 2013, mais à frente detalhado, identificando os desafios e as oportunidades na região do Atlântico e fazendo um balanço das iniciativas existentes suscetíveis de apoiar o crescimento e a criação de emprego.

O Oceano Atlântico dispõe de um elevado potencial de energia eólica, energia das ondas e das marés, estimando-se que, em 2020, cerca de 20% da capacidade eólica *offshore* da Europa se encontre na zona do Atlântico. A aquicultura *offshore* representa também um setor promissor, em que um terço de todos os peixes capturados pela frota de pesca da UE é desembarcado em portos do Atlântico. O próprio turismo tem, igualmente, muito para oferecer nesta região.

Esta nova estratégia foi elaborada ao abrigo da PMI da UE que visa a coordenação de todas as políticas comunitárias com dimensão marítima de modo a garantir a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida nas regiões litorais, com vista a promover, em simultâneo, o potencial de crescimento da indústria marítima. Vem no seguimento de estratégias semelhantes para o mar Báltico, o Oceano Ártico e o mar Mediterrâneo.

É nesta linha que urge um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo a longo prazo no quadro de uma nova «Economia Azul», proporcionando oportunidades de crescimento económico e sustentável tanto nos setores marinho e marítimo já estabelecidos como nos emergentes. Uma das políticas transversais abrangidas pela PMI

---

[16] TEIXEIRA, Maria Fernandes (2009), *Os Oceanos e Mares Europeus como Móbil da Relevância da União Europeia no Mundo Global do Século XXI: A Capacidade Performativa da Política Marítima Europeia*, Dissertação de Mestrado de Estudos Europeus, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2009, p. 5. Disponível em: https://infoeuropa.eurocid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000046800&line_number=0001&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA [consultada em: 10 de setembro de 2016

[17] COMISSÃO EUROPEIA – Comunicado de Imprensa "Política marítima: Nova estratégia para o crescimento e o emprego na zona do Atlântico", IP/11/1456, Bruxelas, 25 de novembro de 2011. Disponível em http://europa.eu/rapid/press-release_IP-11-1456_pt.htm?locale=en [consultado em: 20 de setembro de 2016]

é o «Crescimento Azul»[18], cuja estratégia foi adotada pela Comissão Europeia em setembro de 2012, representando o contributo da PMI da UE para atingir os objetivos da Estratégia *Europa 2020* em matéria de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Descreve ainda a forma como as políticas dos Estados-Membros da UE apoiam a economia azul, identificando cinco domínios com maior potencial de crescimento: i) turismo marítimo e de cruzeiros; ii) energia azul; iii) recursos minerais marinhos; iv) aquicultura e v) biotecnologia azul.

O Crescimento Azul[19] pressupõe a colaboração de todas as partes – das instituições e dos Estados-Membros às regiões e às Pequenas e Médias Empresas (PME) – para responder aos desafios atuais e assegurar a utilização mais produtiva e sustentável dos recursos marítimos e costeiros.

Em 8 de outubro de 2012, numa conferência organizada em Limassol pela Presidência cipriota do Conselho da UE, os ministros europeus responsáveis pela política marítima e a Comissão Europeia adotaram (Declaração de Limassol) a *Agenda Europeia para o Crescimento e a Criação de Emprego nos Setores Marinho e Marítimo* com indicações promissoras para o crescimento económico e perspetivas nos setores marinho e marítimo, de modo a apoiar a recuperação da economia europeia. Em 2012, estes setores económicos proporcionavam emprego a 5,4 milhões de pessoas e contribuíam para um valor acrescentado bruto (VAB) total da ordem dos 500 000 milhões de euros. Estima-se que até 2020, estes setores, caracterizados pela inovação, pelo empreendedorismo e dinamismo, aumentem para 7 milhões de empregos e cerca de 600 000 milhões de euros de VAB total.

Esta agenda constitui uma abordagem dinâmica e coordenada dos assuntos marítimos ao permitir reforçar o desenvolvimento da «Economia Azul» da UE e assegurar, concomitantemente, a «saúde» dos mares e oceanos.

O *Plano de Ação para o Atlântico*, adotado em maio de 2013, destinou-se a revitalizar a economia marinha e marítima na região do Oceano Atlântico, dando seguimento à *Estratégia para o Atlântico* e contribuindo para a *Estratégia do Crescimento Azul da UE* ao evidenciar como os Estados-Membros do Atlântico (Irlanda, França, Portugal, Espanha e Reino Unido), as suas regiões e a Comissão Europeia podem contribuir para o crescimento sustentável nas regiões costeiras e para impulsionar a «*Economia Azul*», com um potencial ao nível de postos de trabalho (7 milhões) e do crescimento (cerca de 600 mil milhões de Euros) na Europa até 2020.

[18] COMISSÃO EUROPEIA – Comunicado de Imprensa "Crescimento Azul: Comissão apresenta as perspetivas para o crescimento sustentável dos setores marinho e marítimo", IP/12/955, Bruxelas, 13 de setembro de 2012. Disponível em http://europa.eu/rapid/press-release_IP-12-955_pt.pdf [consultado em: 20 de setembro de 2016]

[19] COMISSÃO EUROPEIA, *Assuntos Marítimos e Pescas*, Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2016. Disponível em https://bookshop.europa.eu/pt/assuntos-mar-timos-e-pescas-pbNA0416152/ [consultada em: 10 de outubro de 2016]

Este Plano incentiva ainda os Estados-Membros a trabalharem em conjunto em domínios onde antes tinham a sua própria estratégia.

As quatro grandes prioridades do *Plano de Ação para o Atlântico* procuravam: i) promover o empreendedorismo e a inovação; ii) proteger, assegurar e valorizar o ambiente marinho e costeiro; iii) melhorar a acessibilidade e a conectividade; iv) criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo.

A primeira prioridade indicada esteve, aliás, em foco durante a realização, em Dublin, da conferência anual de *Stakeholders* do Atlântico, datada de 27 de setembro de 2016, na qual se procuraram estabelecer contactos valiosos e identificar interessantes projetos de ideias, assim como o financiamento de oportunidades e parcerias para a implementação da estratégia atlântica e do respetivo plano de ação.

Aos Estados-Membros em causa, cabe-lhes decidir de que modo as ações propostas poderão vir a ser financiadas pelos instrumentos da UE previstos, designadamente os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), dos quais se destaca o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) para o período de 2014 a 2020 que co-financia o Programa Operacional (PO) MAR 2020 aprovado pela Comissão Europeia em novembro de 2015, cujas prioridades estratégicas são elencadas na figura seguinte (Fig. 4):

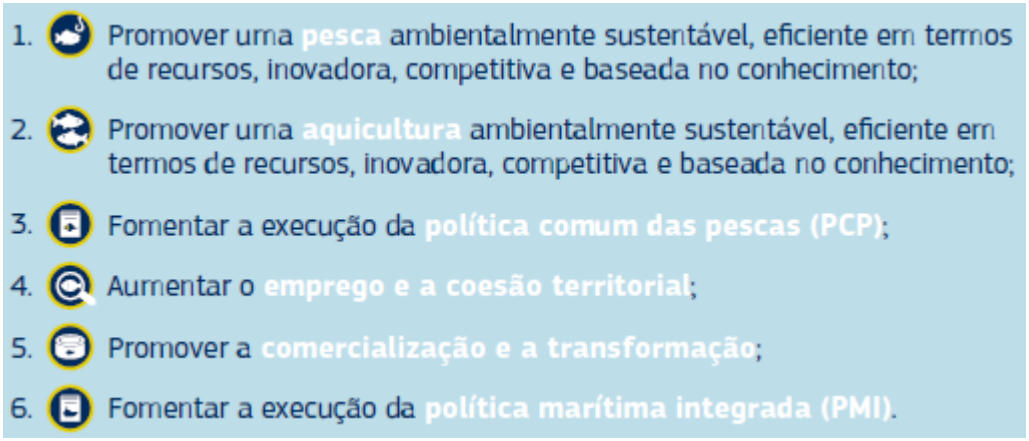


Figura 4 – Prioridades estratégicas do PO (definidas no FEAMP).
[Disponível em http://ec.europa.eu/fisheries/sites/fisheries/files/docs/body/op-portugal-fact-sheet_pt.pdf]

O FEAMP, enquanto fundo para a política marítima e das pescas da UE, trata-se de um dos cinco FEEI que se complementam entre si e se destinam a promover a recuperação da economia europeia através do crescimento e da criação de emprego. O seu orçamento total ronda os 506 mil milhões de Euros e a contribuição da UE os 392,5 mil milhões de Euros, conforme consta na Fig. 5 que revela a repartição financeira por cada Estado-Membro da UE, destacando-se, no *top 5*, a Espanha, seguida da França, Itália, Polónia e Portugal. O último lugar é ocupado pela Áustria.

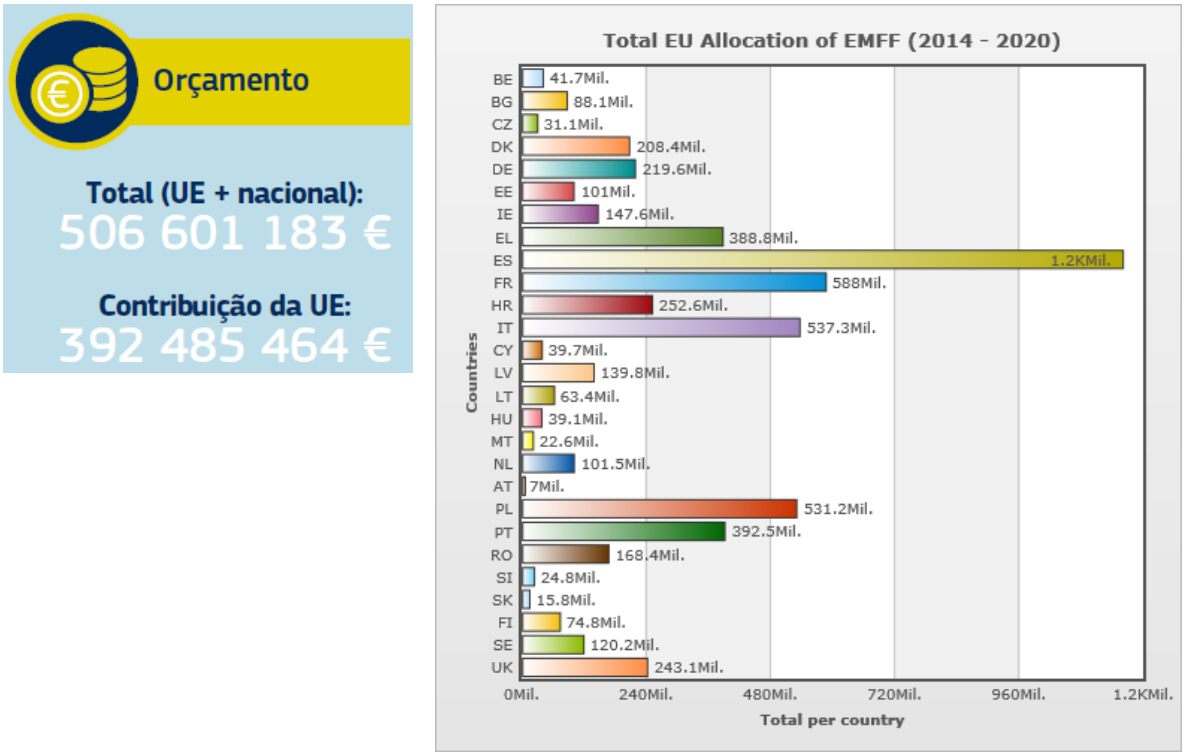


Figura 5 – Orçamento total e Repartição Financeira por Estado-Membro.
[Disponível em http://ec.europa.eu/fisheries/sites/fisheries/files/docs/body/op-portugal-fact-sheet_pt.pdf e https://ec.europa.eu/fisheries/cfp/emff_en]

A dotação orçamental do FEAMP, adstrita a cada uma das seis prioridades anteriormente apresentadas, encontra-se indicada na Fig. 6, sendo de destacar a quota de 28% atribuída às atividades de Comercialização e Distribuição, seguindo-se as Pescas (26%). No caso da PMI, apenas consegue captar 2% do orçamento do FEAMP:

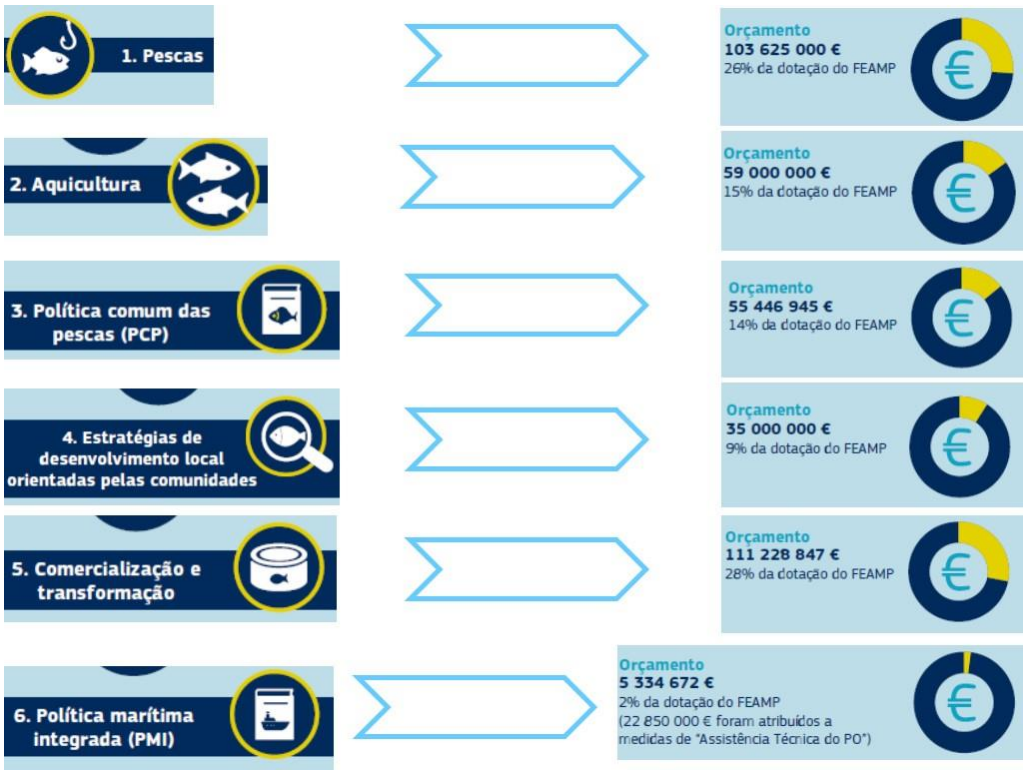


Figura 6 – Dotações orçamentais do FEAMP para cada prioridade estratégica.
[disponível em http://ec.europa.eu/fisheries/sites/fisheries/files/docs/body/op-portugal-fact-sheet_pt.pdf]

Outro marco relevante a sinalizar corresponde à *Estratégia de Segurança Marítima* adotada pelo Conselho Europeu em junho de 2014, definindo um quadro comum às autoridades nacionais e europeias que lhes permita: i) assegurar o desenvolvimento das suas políticas específicas; ii) dar uma resposta europeia às ameaças e aos riscos marítimos; iii) reforçar a ligação entre segurança interna e externa da política marítima comunitária e a cooperação civil e militar.

Não existindo «um entendimento comum sobre segurança marítima»[20], resultante das diversas interpretações fruto da posição geopolítica, dos interesses, das ambições e capacidades de cada Estado, seria conveniente, à semelhança do que sucede noutros países europeus, que Portugal também complementasse a sua *Estratégia Nacional para o Mar* (ENM) com uma estratégia própria de segurança marítima. Este considerando poderá constituir «um forte argumento para a intensificação das políticas marítimas integradas da UE ou, em sentido mais lato, a criação de um "Mar Europeu", mas potencialmente prejudicial aos interesses portugueses»[21].

[20] RODRIGUES, Alexandre Reis, "Portugal, sem estratégia de segurança marítima?", *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, outubro de 2013, pp.1-8. Disponível em http://database.jornaldefesa.pt/estrategias/JDRI%20079%20241013%20segranca%20maritima.pdf [consultado em: 12 de outubro de 2016]

[21] CIERCO, Teresa e TAVARES DA SILVA, Jorge, "Vetores geopolíticos do «mar português» face à visão integrada de um «mar europeu»", *Relações Internacionais*, N.º 46, junho 2015, Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais / Universidade Nova de Lisboa, p.151. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n46/n46a09.pdf [consultado em: 20 de agosto de 2016]

IV. Portugal e a Estratégia Nacional para o Mar

A *Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020* enfatiza o papel muito ativo que Portugal tem vindo a assumir no desenvolvimento da PMI da UE e da Estratégia Marítima da UE para a área do Atlântico. Possui ainda, de acordo com o Prof. Ernâni Lopes, «a centralidade atlântica e é herdeiro de uma vocação globalizadora e universalista»[22], pelo que o desafio-mor consiste na capacidade do país em defender o «Mar Português», quer na UE, quer nas Nações Unidas.

É debatível se a Estratégia datada de 2006 cumpriu a missão que lhe foi atribuída, visto que, entretanto, foi apresentada uma nova *Estratégia Nacional para o Mar* sujeita a um procedimento de discussão pública que decorreu entre 1 de março e 31 de maio de 2013, cuja estrutura está representada na Fig. 7, estando assente num novo modelo de desenvolvimento do oceano e das zonas costeiras para que Portugal pudesse responder aos desafios colocados à promoção, ao crescimento e à competitividade da economia do mar:

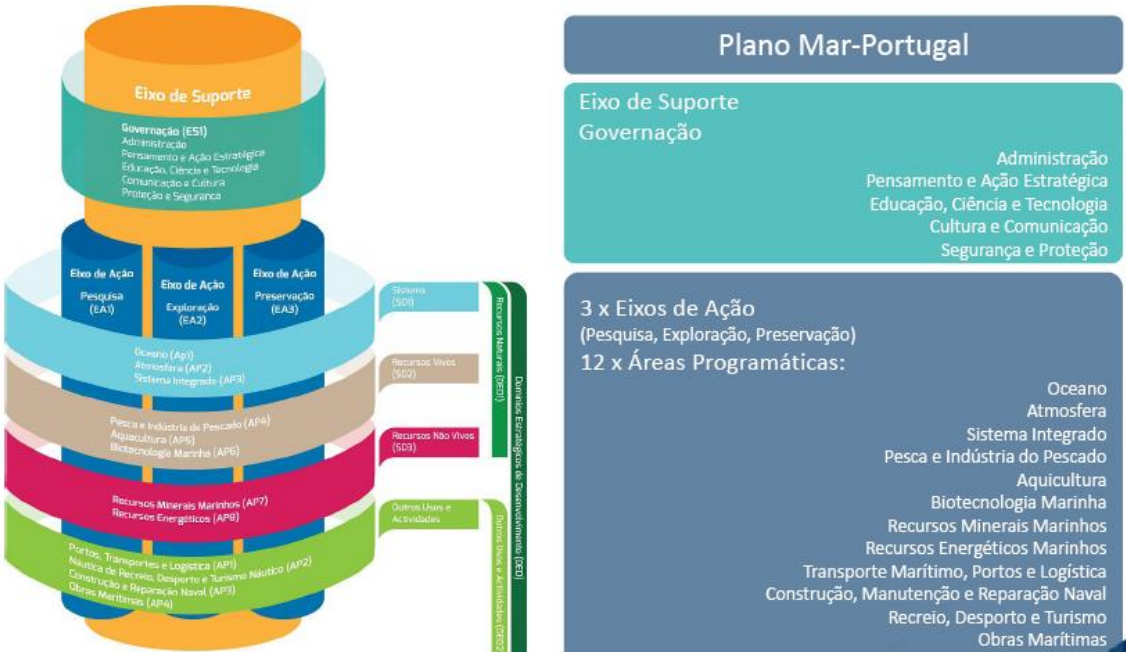


Figura 7 – Portugal e *a Estratégia Nacional para o Mar* (2013-2020).
[Disponível em http://www.dgpm.mam.gov.pt/Documents/ENM.pdf]

A divulgação da imagem de Portugal como uma nação oceânica da Europa, embora de vocação ultramarina, confere-lhe o recurso a um instrumento de política pública – a *Estratégia Nacional para o Mar*, procurando potenciar a ressurgência da sua projeção marítima e tirar partido do seu posicionamento estratégico.

[22] LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR, *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco (SaeR) / Jornal Sol, 2011, pp. 203-207.

V. O potencial do Mar Lusófono

Todos os Estados lusófonos são países marítimos, pluricontinentais e plurioceânicos (Fig. 8), formando uma rede privilegiada, pelo que a adoção de uma visão comum (em prol da Lusofonia) poderia constituir uma oportunidade para uma cooperação internacional em áreas essenciais para o desenvolvimento sustentável das atividades relacionadas com o mar:

Figura 8 – Os Mares da Lusofonia.
[Disponível em http://www.maresdalusofonia.net/]

A sustentabilidade da exploração dos mares ao nível da CPLP (e não só) terá capacidade para gerar um valor económico deveras significativo, se se considerar, desde logo, que a Zona Económica Exclusiva (ZEE) de cada país membro representa, em alguns casos, uma dimensão superior face à sua área geográfica (Fig. 9), de que são exemplos Portugal (19 vezes mais) e Cabo Verde (199)[23]:

[23] PORTUGAL ECONOMY (PE) PROBE > Dossiers > *The Portuguese-speaking World* – O Mundo Lusófono, Última atualização: 20/08/2014. Disponível em: http://www.peprobe.com/wp-content/uploads/2014/09/Dossier-ALusofonia3.pdf [consultado em: 11 de setembro de 2016]

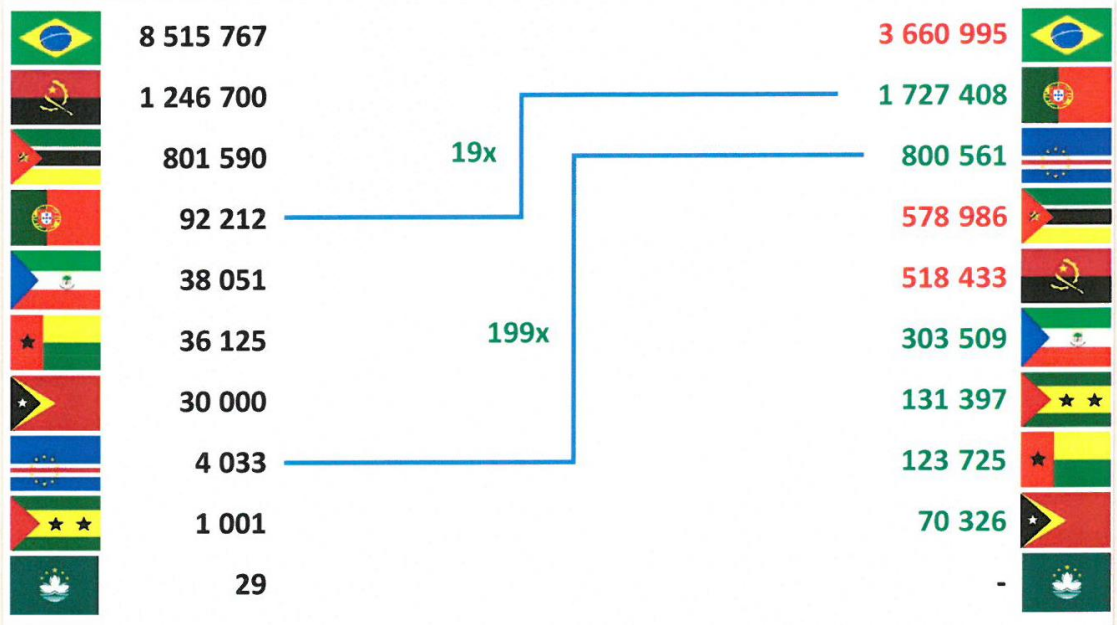


Figura 9 – CPLP | Superfície geográfica *versus* Zona Económica Exclusiva.
Fonte: Portugal Economy (PE) Probe > Dossiers > The Portuguese-speaking World – O Mundo Lusófono: http://www.peprobe.com/wp-content/uploads/2014/09/Dossier-ALusofonia3.pdf

Constituindo os mares e os oceanos fontes cruciais de recursos para o desenvolvimento sustentável e para a economia dos países da CPLP, cujo peso da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) corresponde, no geral, a 1,53% da superfície mundial[24], ou seja, 7,78 milhões de km^2, conforme retrata a Fig. 10, o que logo por si revela o enorme potencial da Economia do Mar.

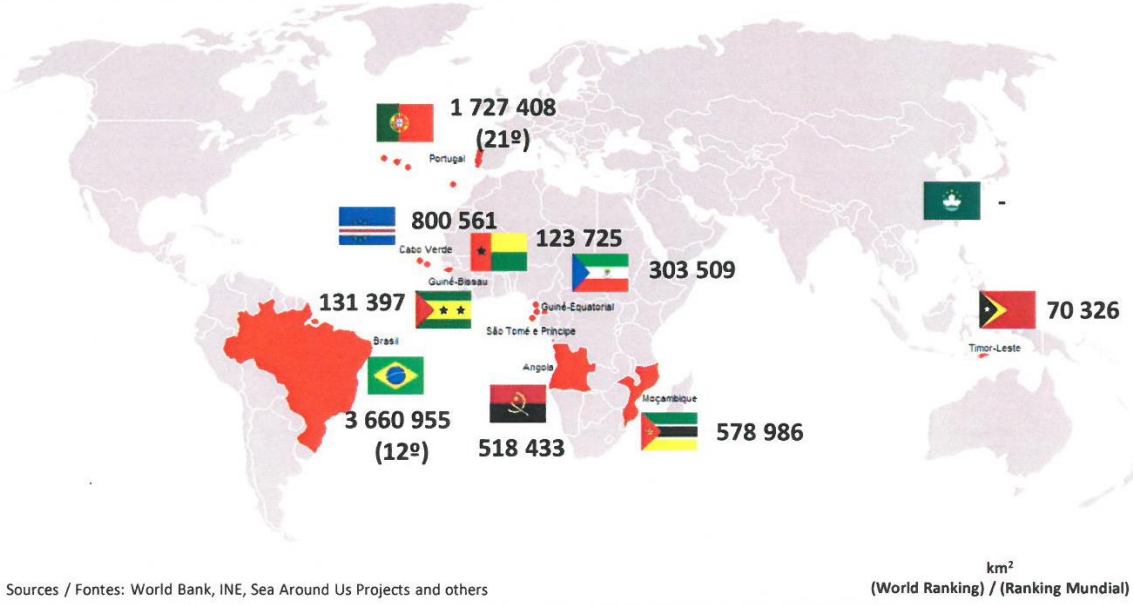


Figura 10 – CPLP | ZEE – 7,78 milhões de km^2 (1,53% da superfície mundial).
Fonte: Portugal Economy (PE) Probe > Dossiers > The Portuguese-speaking World – O Mundo Lusófono: http://www.peprobe.com/wp-content/uploads/2014/09/Dossier-ALusofonia3.pdf

[24] *Ibidem*.

A gestão adequada desses recursos, com impacto no emprego, comércio e em vários setores (alguns tradicionais, como a construção naval, pescas, aquicultura e outros inovadores, como a extração mineira e os parques eólicos), é um contributo para a estabilidade destes Estados e para o reforço das relações no seio da CPLP e entre eles próprios. Reforço esse patente nas *Reuniões de Ministros do Mar da CPLP* que constituem mecanismos especificamente criados para promover a concertação entre estratégias dos Estados com iniciativas de cariz internacional, contribuindo para a afirmação da CPLP no âmbito da agenda global dos oceanos.

Os Assuntos do Mar constituem um domínio estratégico para o desenvolvimento, quer da CPLP (no seu conjunto), quer de cada um dos seus países, que, em virtude das suas características geográficas, formam uma rede privilegiada de desenvolvimento sustentável dos oceanos e da cooperação internacional[25].

Em prol dessas ações de cooperação em desenvolvimento na área da segurança marítima, os Ministros responsáveis pelos Assuntos do Mar (ou seus representantes consoante a lei interna de cada país) dos Estados da CPLP decidiram participar em várias reuniões conjuntas ao longo tempo, tendo sido realizada, em Díli, a *III Reunião Ordinária de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP*[26], em 18 de maio de 2016.

Considerando os compromissos, anteriormente, assumidos, foi deliberado, nesta reunião, entre outros, os seguintes aspetos:

- aprovar o Plano de Ação para a implementação da *Estratégia da CPLP para os Oceanos* (aprovada em 21 de março de 2010), destinada a promover o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob jurisdição dos países membros da CPLP, inclusive, cooperação internacional, acautelando os valores dos seus interesses nacionais e salvaguardadas as soberanias marítimas dos seus estados, de forma a dinamizar com «maior potencial de partilha e interesse comum»[27] um domínio de cooperação assente no setor naval e na segurança marítima, suscetível de acrescentar valor ao desenvolvimento do conjunto de países, sem descurar o respeito pelas «opções de alianças e de estratégias de cada um»[28];

- adotar a criação de uma rede de Pontos de Contacto para o tema do Lixo Marinho;

[25] CPLP – Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos, Versão revista de 20 de julho de 2009. Disponível em http://www.cplp.org/ [consultada em: 23 de setembro de 2016]

[26] CPLP – Declaração de Díli, Reunião Ordinária de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, Díli, 18 de maio de 2016. Disponível em: http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2016/05/Declarac%CC%A7a%CC%83o-de-Dili-III-ROMAM2.pdf [consultada em: 21 de setembro de 2016]

[27] REBELO DUARTE, António (Alm.), comunicação intitulada "A CPLP, uma comunidade à procura de um caminho" *in* Sessão de tomada de posse, Auditório Adriano Moreira da Sociedade de Geografia de Lisboa, 03 de novembro de 2015, p. 8. (Texto policopiado)

[28] *Ibidem*, p. 13.

- aprovar os Termos de Referência para a criação: i) da Feira do Mar da CPLP (em 2017, irá decorrer em Portugal e em 2018 na Guiné Equatorial); ii) do Portal eletrónico da CPLP para os Assuntos do Mar; etc

Mais uma reunião que comprova que o Mar enquanto elemento simbólico e densificador representa juntamente com a CPLP, duas «janelas de liberdade e oportunidade»[29], tal como dizia o Prof. Adriano Moreira, a chamada "Bandeira Marítima da CPLP"[30], em que há «necessidade de articular a segurança do Atlântico Norte com a segurança do Atlântico Sul». A necessidade de revalorização estratégica do Atlântico Sul, considerado o mar da CPLP por excelência, na sequência das descobertas de significativos recursos petrolíferos ao largo das costas do Brasil e na África Ocidental, conduz também ao desejo de convergência quanto à necessidade da criação de uma arquitetura de segurança tendo presente os desafios da criminalidade transnacional organizada e a emergência de atividades irregulares e ilícitas de que o Golfo da Guiné é um exemplo.

O contexto europeu em que Portugal se insere, dispõe de uma «janela atlântica» virada para o «Oceano Moreno»[31] (o Atlântico Sul) e para as latitudes asiáticas. Perante o *duplo contexto – MAR e CPLP* – uma renovada estratégia nacional se manifesta, devendo passar pela «consolidação do poder funcional que lhe advém da condição de plataforma oceânica de fachada atlântica», tal como é referido pelo Almirante António Rebelo Duarte[32]. Já o Prof. Ernâni Lopes afirmava que «nós só seremos nós, quando formos além de nós!» e, por isso, é tão importante «levar a cabo, de Boa Esperança, um grande esforço político e de gestão empresarial com muito e persistente trabalho», tal como o Almirante Nuno Vieira Matias advogava, na expectativa de que os «laços» que ligam os países da CPLP e a sua ligação ao Mar sejam tão fortes quanto os «nós» dos marinheiros[33].

---

[29] MOREIRA, Adriano, *Memórias do Outono Ocidental – Um Século sem Bússola*, Coimbra: Edições Almedina, 2013.

[30] MOREIRA, Adriano, intervenção intitulada "Uma Bandeira Marítima para a CPLP" *in* Conferência de Encerramento do ciclo "A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa", Academia de Marinha, Lisboa, 27 de setembro de 2011. Disponível em: http://academia.marinha.pt/PT/Comunica%C3%A7%C3%B5es/Documents/2011/Uma_bandeira_maritima.pdf [consultada em: 02 de outubro de 2016]

[31] MOREIRA, Adriano, *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*, Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1987-1.ed. 1974, p. 239 ss.

[32] REBELO DUARTE, António (Alm.), comunicação intitulada "A CPLP, uma comunidade à procura de um caminho" *in* Sessão de tomada de posse, Auditório Adriano Moreira da Sociedade de Geografia de Lisboa, 03 de novembro de 2015, p. 8. (Texto policopiado)

[33] VIEIRA MATIAS, Nuno Gonçalo, Nota Editorial "Conhecer o Mar", *Maria Scientia* – Revista Científica Electrónica | *Scientific e-Journal*, N.º 2, março de 2012, Lisboa: IEP – UCP, pp. 1-2. Disponível em: http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA2-Mar2012.pdf [consultado em: 10 de setembro de 2016]

VI. Portugal e a PMI da UE | Algumas reflexões

Comportando o espaço marítimo português fatores geoeconómicos e geopolíticos com benefícios vitais para o interesse nacional (com a possível extensão da plataforma marítima portuguesa), poder-se-ão dividir em duas categorias; i) tangíveis com vantagens sociais e económicas e ii) intangíveis consubstanciadas numa maior projeção de Portugal no espaço internacional e numa maior afirmação estratégica. Daí a necessidade de Portugal «assumir a liderança ou coliderança dos assuntos marítimos europeus»[34], defendendo os seus interesses no espaço integrado, assente numa atitude de assertividade política sob pena de lhe restar um papel secundário nesta área e «de entregar a outros a monitorização, gestão e exploração do seu próprio território»[35].

No quadro da integração europeia, não obstante a prioridade atribuída pelo poder político europeu à gestão das crises económicas, financeiras e sociais, a abordagem da relevância económica como fonte do poder marítimo merece ser evidenciada, atendendo a que uma política marítima integrada deve ser encarada como uma política que se empenha no potencial do mar em prol de um crescimento inteligente e sustentável para o século XXI, enquanto «*platform of policies in sectors like industry, fisheries, regional development, external relations, transport, internal market, energy, employment, environment research and security*»[36].

No âmbito de uma forte afirmação de Portugal no espaço marítimo, tal posição estratégica pode ser desenvolvida através do conceito de «polígonos de potencial desenvolvimento» (Fig. 11), o que poderá ajudar a reforçar uma estratégia de articulação de redes com os países com os quais Portugal tem facilidade de interação, estabelecendo fortes elos de ligação entre os diversos vetores integrantes dos variados polígonos[37], designadamente entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, passando pelo mundo lusófono, sem descurar um eixo à China[38].

---

[34] CIERCO, Teresa e TAVARES DA SILVA, Jorge, "Vetores geopolíticos do «mar português» face à visão integrada de um «mar europeu»", *Relações Internacionais*, N.º 46, junho 2015, Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais / Universidade Nova de Lisboa, p.152. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n46/n46a09.pdf [consultado em: 20 de agosto de 2016]

[35] *Ibidem*.

[36] LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl, "The Economic Relevance as Source of Maritime Power in the European Integration Framework", *Maria Scientia – Revista Científica Electrónica | Scientific e-Journal*, N.º 1, novembro 2011, Lisboa: Instituto de Estudos Políticos (IEP) – Universidade Católica Portuguesa (UCP), p.36. Disponível em: http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA1-Nov2011r.pdf [consultado em: 25 de setembro de 2016]

[37] RIBEIRO, Sónia, *Vetores de Compensação no Posicionamento Estratégico de Portugal*. Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus, Lisboa: Universidade Católica de Lisboa, 1999, pp. 178-187.

[38] LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR, *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco (SaeR) / Jornal Sol, 2011, pp. 203-207.

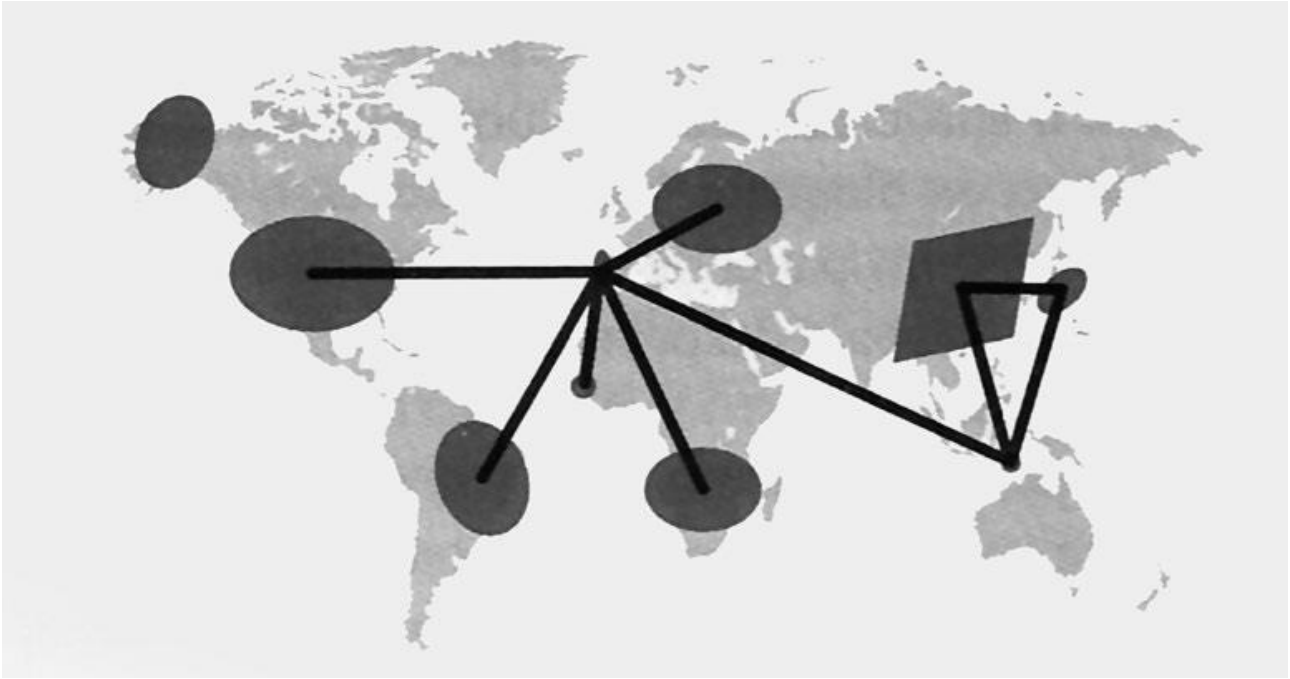


Figura 11 – Polígonos de potencial desenvolvimento. Posicionamento de Portugal–Rede de Ligações.

Fonte: RIBEIRO, Sónia, *Vetores de Compensação no Posicionamento Estratégico de Portugal*. Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus, Lisboa: Universidade Católica de Lisboa, 1999, p. 183.

Uma possível integração do «Mar Português» no «Mar Europeu» poderá ter as seguintes implicações: i) deixará Portugal sem oportunidade estratégica de explorar exclusivamente a via lusófona, entrando no jogo de poder pelo espaço marítimo outros parceiros europeus (mais fortes) e atores do «Sul», como o Brasil ou a China; ii) estará a defesa dos interesses marítimos cada vez mais sujeita a uma agenda pela defesa dos «interesses comuns» assente num jogo de negociações de natureza diplomática e à sua maior ou menos capacidade para o fazer com sucesso, de forma a tornar-se uma potência neste domínio; terá Portugal capacidade ou não de articular eficazmente quatro pólos fundamentais da sua geopolítica: Portugal – Europa – África – Brasil (questão estratégica basilar do 1.º quartel do século XXI), impondo-se uma reflexão sobre o seu posicionamento estratégico, atendendo à necessidade de encontrar novas vias de resposta às alterações que se fazem sentir.[39]

Em suma, a existência de uma PMI: i) faz sentido onde todos os Estados-Membros possam debater problemas e estratégias comuns, visando um desenvolvimento sustentável de todas as atividades marítimas; ii) ajudará a promover a liderança da Europa em matéria de assuntos marítimos internacionais e a aumentar a visibilidade da Europa marítima; iii) cabe a Portugal defender os seus interesses na zona

[39] RIBEIRO, Sónia, "Portugal e o Mar no último meio século. Evolução, transição e opções estratégicas", *Maria Scientia – Revista Científica Electrónica | Scientific e-Journal*, N.º 1, novembro de 2011, Lisboa: IEP – UCP, pp. 70-82. Disponível em: http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA1-Nov2011r.pdf [consultado em: 25 de setembro de 2016]

correspondente à extensão da sua plataforma continental, com vista a tirar partido das suas potencialidades económicas, políticas e culturais. Deste modo, «Portugal deveria assumir um papel de liderança no mundo lusófono, servindo de plataforma na ligação entre as potências do Norte como a UE e os EUA ao Brasil, a Angola e à China»[40], e permitindo, assim, recuperar prestígio internacional e criar melhores condições para enfrentar as suas debilidades económicas estruturais.

VII. A Bússola de Portugal

Em jeito de conclusão, a posição estratégica de Portugal, a sua vocação marítima (ultramarina e europeia), a ambição e o compromisso são alguns dos elementos que fazem parte da «bússola» portuguesa (Fig. 12) em prol do desenvolvimento de uma verdadeira «Economia Azul» – uma economia sustentável do Oceano, com vista a duplicar, a nível nacional, o peso da economia do mar para 5% do PIB até 2020.

Fig. 12 – "A bússola" de Portugal.

Portugal, enquanto plataforma de projeção económica para o seu vasto *hinterland*, na sua tripla condição marítima, arquipelágica e continental, necessita de um sistema, mais abrangente, ao qual o Prof. Pedro Borges Graça apelida de «informações estratégicas especializadas» nos assuntos do mar enquanto instrumento indispensável à sua projeção marítima «(…) a partir da criação de pólos de competitividade e redes regionais»[41].

[40] CIERCO, Teresa e TAVARES DA SILVA, Jorge, "Vetores geopolíticos do «mar português» face à visão integrada de um «mar europeu»", *Relações Internacionais*, N.º 46, junho 2015, Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais / Universidade Nova de Lisboa, p.154. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n46/n46a09.pdf [consultado em: 20 de agosto de 2016]

[41] GRAÇA, Pedro Borges, "O Papel das Informações Estratégicas na Projecção Marítima de Portugal", *Cadernos Navais* – Seminário "Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico", N.º 24, janeiro-março 2008, Lisboa: Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica, p.94. Disponível em: http://moelabs.org/b37/Seminarios_em_ri_II-Nilson_Cesar_Fraga/I_Semestre/Gepolitica%20do%20Atlantico.pdf [consultado em: 07 de outubro de 2016]

Otimizar a transição do «Saber Fazer» para o «Fazer», utilizando os Mares e Oceanos como um dos ativos estratégicos com potencial, ou seja, tal como o Prof. Eduardo Lopes Rodrigues defende, a passagem da «Sociedade do Conhecimento» para a «Sociedade das Competências», isto é, da «Potência» ao «Ato», no sentido de fazer jus ao «tríptico concetual básico»[42] enunciado pelo Prof. Ernâni Rodrigues Lopes: «Compreender-Assumir-Agir».

Em suma, a existência de mais espaço territorial só será uma mais-valia se for convenientemente explorado. Por isso, mais do que nunca, é preciso perceber e aproveitar, de forma racional, a tal vocação atlântica, desde sempre presente na gesta de Portugal.

Muito obrigada pela atenção dispensada!

(*Comunicação apresentada no Instituto de Estudos Académicos para Seniores, no ciclo de conferências* O Mar, *a 18 de outubro de 2016*)

[42] LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR, *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco (SaeR) / Jornal Sol, 2011, p. 10.

BIBLIOGRAFIA

- CIERCO, Teresa e TAVARES DA SILVA, Jorge, "Vetores geopolíticos do «mar português» face à visão integrada de um «mar europeu»", *Relações Internacionais*, N.º 46, junho 2015, Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais / Universidade Nova de Lisboa, pp.143-156. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n46/n46a09.pdf [consultado em: 20 de agosto de 2016]

- COMISSÃO EUROPEIA, *Assuntos Marítimos e Pescas*, Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2016. Disponível em https://bookshop.europa.eu/pt/assuntos-mar-timos-e-pescas-pbNA0416152/ [consultada em: 10 de outubro de 2016]

- COMISSÃO EUROPEIA > Assuntos Marítimos > Documentação > Factos e números, disponíveis em http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/documentation/facts_and_figures_pt [consultados em: 10 de setembro de 2016]

- COMISSÃO EUROPEIA – Comunicado de Imprensa "Crescimento Azul: Comissão apresenta as perspetivas para o crescimento sustentável dos setores marinho e marítimo", IP/12/955, Bruxelas, 13 de setembro de 2012. Disponível em http://europa.eu/rapid/press-release_IP-12-955_pt.pdf [consultado em: 20 de setembro de 2016]

- COMISSÃO EUROPEIA – Comunicado de Imprensa "Política marítima: Nova estratégia para o crescimento e o emprego na zona do Atlântico", IP/11/1456, Bruxelas, 25 de novembro de 2011. Disponível em http://europa.eu/rapid/press-release_IP-11-1456_pt.htm?locale=en [consultado em: 20 de setembro de 2016]

- COMISSÃO EUROPEIA – *Factsheet* "Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)|Portugal", disponível em: http://ec.europa.eu/fisheries/sites/fisheries/files/docs/body/op-portugal-fact-sheet_pt.pdf [consultada em: 15 de setembro de 2016]

- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) – Declaração de Díli, Reunião Ordinária de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, Díli, 18 de maio de 2016. Disponível em: http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2016/05/Declarac%CC%A7a%CC%83o-de-Dili-III-ROMAM2.pdf [consultada em: 21 de setembro de 2016]

- CPLP – Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos, Versão revista de 20 de julho de 2009. Disponível em http://www.cplp.org/ [consultada em: 23 de setembro de 2016]

- DIREÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DO MAR (DGPM) – Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020. Disponível em http://www.dgpm.mam.gov.pt/Documents/ENM.pdf [consultada em: 23 de setembro de 2016]

- EUROPEAN COMMISSION > Fisheries > The Common Fisheries Policiy (CFP) > European Maritime and Fisheries Fund (EMFF), disponível em https://ec.europa.eu/fisheries/cfp/emff_en [consultado em: 10 de setembro de 2016]

- EUROSTAT – "World Maritime Day | Half of EU trade in goods is carried by sea", *Newsrelease* 184/2016, 28 de setembro de 2016. Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/7667714/6-28092016-AP-EN.pdf/f9834e75-8979-4454-9d04-a32f0757926a [consultado em: 28 de setembro de 2016]

- GOVERNO DE PORTUGAL – Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 2013. Disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/909457/20130405_cedn_publicacao_oficial.pdf [consultado em: 23 de setembro de 2016]

- GRAÇA, Pedro Borges, "O Papel das Informações Estratégicas na Projecção Marítima de Portugal", *Cadernos Navais* – Seminário "Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico", N.º 24, janeiro-março 2008, Lisboa: Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica, pp.87-96.
  Disponível em:
  http://moelabs.org/b37/Seminarios_em_ri_II-Nilson_Cesar_Fraga/I_Semestre/Gepolitica%20do%20Atlantico.pdf
  [consultado em: 07 de outubro de 2016]

- LEAL, João Luís Rodrigues (Ten.-cor.), "Análise geopolítica e geoestratégica de Portugal", *Revista Militar*, N.º 2463, abril 2007, Lisboa: *Europress*, pp. 1-50. Disponível em https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/193 [consultado em: 02 de outubro de 2016]

- LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR, *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco (SaeR) / Jornal Sol, 2011.

- LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl, "The Economic Relevance as Source of Maritime Power in the European Integration Framework", *Maria Scientia – Revista Científica Electrónica | Scientific e-Journal*, N.º 1, novembro 2011, Lisboa: Instituto de Estudos Políticos (IEP) – Universidade Católica Portuguesa (UCP), pp. 35-36. Disponível em:
  http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA1-Nov2011r.pdf [consultado em: 25 de setembro de 2016]

- MOREIRA, Adriano, *Memórias do Outono Ocidental – Um Século sem Bússola*, Coimbra: Edições Almedina, 2013.

- MOREIRA, Adriano, intervenção intitulada "Uma Bandeira Marítima para a CPLP" *in* Conferência de Encerramento do ciclo "A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa", Academia de Marinha, Lisboa, 27 de setembro de 2011. Disponível em:
  http://academia.marinha.pt/PT/Comunica%C3%A7%C3%B5es/Documents/2011/Uma_bandeira_maritima.pdf [consultada em: 02 de outubro de 2016]

- MOREIRA, Adriano, *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*, Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1987-1.ed. 1974.

- PITTA CUNHA, Tiago, "A Importância Estratégica do Mar para Portugal", *Nação e Defesa*, N.º 108 - 2.ª Série, Verão 2004, Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp.41-52. Disponível em http://www.cienciaviva.pt/img/upload/NeD108_TiagoPittaeCunha.pdf [consultado em: 9 de outubro de 2016]

- PORTUGAL ECONOMY (PE) PROBE > Dossiers > *The Portuguese-speaking World* – O Mundo Lusófono, Última atualização: 20/08/2014. Disponível em: http://www.peprobe.com/wp-content/uploads/2014/09/Dossier-ALusofonia3.pdf [consultado em: 11 de setembro de 2016]

- REBELO DUARTE, António (Alm.), comunicação intitulada "A CPLP, uma comunidade à procura de um caminho" *in* Sessão de tomada de posse, Auditório Adriano Moreira da Sociedade de Geografia de Lisboa, 03 de novembro de 2015. (Texto policopiado)

- RIBEIRO, Sónia, "Portugal e o Mar no último meio século. Evolução, transição e opções estratégicas", *Maria Scientia – Revista Científica Electrónica | Scientific e-Journal*, N.º 1, novembro de 2011, Lisboa: IEP – UCP, pp. 70-82. Disponível em: http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA1-Nov2011r.pdf [consultado em: 25 de setembro de 2016]

- RIBEIRO, Sónia, *Vetores de Compensação no Posicionamento Estratégico de Portugal*. Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus, Lisboa: Universidade Católica de Lisboa, 1999.

- RODRIGUES, Alexandre Reis, "Portugal, sem estratégia de segurança marítima?", *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, outubro de 2013, pp.1-8. Disponível em http://database.jornaldefesa.pt/estrategias/JDRI%20079%20241013%20segranca%20maritima.pdf [consultado em: 12 de outubro de 2016]

- SERRA, José, "O Mar e as Políticas Marítimas", *Conselho Económico e Social*, Lisboa, julho de 2008, pp. 1-37. Disponível em http://www.ces.pt/download/594/MarPolitMarit.pdh [consultado em: 7 de outubro de 2016]

- TEIXEIRA, Maria Fernandes, "*Clusters* marítimos na Europa: potencialidades, complexidades e debilidades de um modelo organizacional que traduz a natureza holística dos mares e oceanos", *Maria Scientia – Revista Científica Electrónica | Scientific e-Journal*, N.º 1, novembro de 2011, Lisboa: IEP – UCP, pp. 37-58. Disponível em: http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA1-Nov2011r.pdf [consultado em: 15 de setembro de 2016]

- TEIXEIRA, Maria Fernandes, *Os Oceanos e Mares Europeus como Móbil da Relevância da União Europeia no Mundo Global do Século XXI: A Capacidade Performativa da Política Marítima Europeia*, Dissertação de Mestrado de Estudos Europeus, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2009. Disponível em: https://infoeuropa.eurocid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000046800&line_number=0001&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA [consultada em: 10 de setembro de 2016]

- VIEIRA MATIAS, Nuno Gonçalo, Nota Editorial "Conhecer o Mar", *Maria Scientia* – Revista Científica Electrónica | *Scientific e-Journal*, N.º 2, março de 2012, Lisboa: IEP – UCP, pp. 1-2. Disponível em: http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA2-Mar2012.pdf [consultado em: 10 de setembro de 2016]